

P. E. nº. 23/2019 - Licitação nº. 811103 - Lote nº. 4.

1 mensagem

Sergio <sergio@conservadoracampos.com.br>

3 de março de 2021 17:07

Para: selc@trt3.jus.br

Cc: braz@conservadoracampos.com.br, cidafreire@conservadoracampos.com.br

Ref.: P. E. nº. 23/2019 - Licitação nº. 811103 - Lote nº. 4.**Att.: Sra. Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça.****Anexo, estamos lhe enviando um documento denominado “Petição” referente ao Processo Licitatório em referência.****Atenciosamente,****Sérgio O. de Andrade**
DEPTO. COMERCIALRua Dr. Mário Pires, 166 - São Bento
Belo Horizonte /Minas Gerais
CEP.:30.350-660 | TEL 31. 3411-7777
www.conservadoracampos.com.br**3 anexos** **C. I. Representante Legal.pdf**
388K **Certidão Simplificada JUCEMG.pdf**
258K **Petição TRT 3ª Região.pdf**
6864K

V.S.^a DR.^a PREGOEIRA GRAZIELLA MELGAÇO PIRES FURTADO DE MENDONÇA – SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (SELC) – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO (TRT) – PODER JUDICIÁRIO – UNIÃO FEDERAL

Ref.: Pregão Eletrônico nº 23/2019
Processo e-PAD nº 35898/2019
Licitação nº 811103 / Lote nº 4

CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELLI, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.723.789/0001-71, com endereço na Rua Magnólia, nº 931, Bairro Pedro II, CEP 30.770-020, Belo Horizonte/MG, vem, por meio de sua representante legal subscrita, com base no art. 5º, inc. XXXIV, alínea a¹, perante Vossa Senhoria, manifestar nos seguintes termos.

*

Como consta sob a rubrica *Objeto* no instrumento convocatório, no subitem 1.1, o presente procedimento licitatório visa *in verbis*, a contratação de pessoa jurídica para a prestação de *serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional* nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais.

Ao final da mais recente fase de lances, sagrou-se vencedora a licitante *Soluções Serviços Terceirizados*. Contra essa decisão a Peticionária apresentou *Recurso Administrativo* aduzindo que a proposta da licitante vencedora, porém, não cotou a contribuição do empregador para o INSS referente ao adicional de insalubridade devido aos trabalhadores do cargo de *servente de limpeza* – **violando o art. 57, §6º, da Lei 8.213/91**. Ademais, cotou a taxa de administrativa em valor correspondente a 22,666% do orçamento por essa Administração e margem de lucro equivalente a 10,157% do orçamento pelo Poder Público.

Defendeu-se então em sede de *Recurso* que **essa Administração deve – com base no art. 48, inc. II, da Lei 8.666/93 e no subitem 9.4.3 do instrumento convocatório – desqualificar a Soluções Serviços Terceirizados – Eireli em razão da inexecuibilidade de sua proposta.**

1Art. 5. [...]

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Em observância ao princípio da eventualidade, caso não se entenda pela imediata desclassificação da licitante vencedora, requer-se, *ad argumentandum tantum*, que Vossa Senhoria – com base no art. 43, §3º, da Lei 8.666/93, no subitem 9.5 e na Súmula 262 do TCU – promova diligências no sentido de averiguar a exequibilidade da proposta.

Em apreciação das razões recursais, endereçada à autoridade superior, Vossa Senhoria faz as seguintes considerações, que aqui são apresentadas em apertada suma:

- Os valores devidos por força do art. 57, §6º da Lei 8.213/91 não foram considerados em licitações anteriores;
- A simples percepção de *adicional de insalubridade* não garante a aposentadoria especial;
- A própria Recorrente, em licitação anterior, não teria cotado tais valores;
- A Recorrida teria valores a título de *taxa de administração e margem de lucro* igualmente baixas em outras licitações.

Ora, a Peticionária faz questão de frisar aqui o seguinte: a não observância de uma norma por outras pessoas (sejam de Direito Público ou Privado), em outras ocasiões, em nada depõe contra a sua vigência. Aquele que viola um dispositivo legal não pode, em sua defesa, alegar que outros também o fizeram em momentos passados. O fato de outras licitações não terem considerado tal valor não tem o condão de afastar a sua exigibilidade, uma vez que trata-se de encargo trabalhista cuja incidência é determinada por *lei federal*. A exigibilidade desse valor só pode então ser afastado por norma legal.

Há de ser observado que, *data maxima venia*, não há verdadeira análise jurídica da questão em comento. Editais e Termos de Referência prévios não formam precedentes, somente o Judiciário forma jurisprudência e, mesmo assim, a jurisprudência nasce da interpretação do texto legal, não sendo *de per si* fonte de Direito.

Fala-se que o recebimento do adicional de insalubridade não implica automaticamente em direito à aposentadoria especial, como se isso de alguma forma obstasse o alegado em sede de Recurso. Acontece que a matéria não é essa, não está se falando aqui em concessão ou não concessão da aposentadoria especial, mas na obrigação de se observar o art. 57, §6º da Lei 8.213/91. A concessão da aposentadoria é *a posteriori*, com certeza, mas como seria possível sem o recolhimento da contribuição – definida por lei – *a priori*?

Que a Peticionária/Recorrente tenha, em outra licitação, apresentado planilha sem esse valor também é questão completamente alheia o que se discute aqui. Ou um erro da Peticionária em licitação já ocorrida alteraria o ordenamento jurídico, com




força *erga omnes*? *Data maxima venia*, a questão precisa ser analisada seriamente, do ponto de vista puramente jurídico.

Por fim, a alegação de que a Recorrida está praticando valores a título de *taxa de administração* e *margem de lucro* igualmente baixos em outras licitações é argumento contrário ao seu interesse. Ora, quando se fala em inexecutabilidade da proposta em razão de *taxa de administração* e *margem de lucro* em valores baixos o receio é de que, em razão de contrapartida tão baixa a sociedade empresária não consiga atingir sua *ratio essendi*, que é lucrar, mantendo-se assim no mercado de trabalho, capaz de honrar o contrato até o seu fim. Um bom argumento seria no sentido contrário: se a Recorrida tivesse boas *taxas de administração* e *margens de lucro* em outros contratos, poderia então dizer que existe uma *margem de manobra*, um excesso, que a permitiria executar o presente contrato com valores tão baixos. Agora, a alegação que está praticando valores igualmente baixos em outros contratos é, na verdade, problemática para a Recorrida: revela que ela está executando *vários contratos* com baixíssima margem de lucro, o que significa dizer que está operando de forma precária, colocando em risco a execução do futuro contrato e gerando um potencial passivo para a Administração.

Assim, repisa-se os argumentos tecidos em sede de Recurso Administrativo.

Termos nos quais, pede deferimento,

Belo Horizonte, 3 de março de 2.021.


CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI.
MARIA APARECIDA FREIRE DE MEDEIROS.
REPRESENTANTE LEGAL.
CPF: 632.670.206 – 20.
C. I. nº. MG – 1.778.270/SSPMG.

01.723.789/0001-71
CONSERVADORA CAMPOS E
SERVIÇOS GERAIS EIRELI
Rua Magnólia, 931
B. Pedro II CEP: 30.770-020
BELO HORIZONTE - MG



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	MG-1.778.270
DATA DE EXPEDIÇÃO	03/02/2016
NOME	MARIA APARECIDA FREIRE DE MEDEIROS
FILIAÇÃO	ARNALDO FREIRE ADELIA DANTAS MAGALHAES FREIRE
NATURALIDADE	TEOFILO OTONI-MG
DATA DE NASCIMENTO	26/12/1958
D.O.C. ORIGEM	CAS.AV.DIV LV-180 FL-222 BELO HORIZONTE-MG
CPF	632670206-20
PIC-1225	LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO ASSINATURA DO DIRETOR
5.VIA	LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Ricardo Tadeu Silveira Do Carmo, Escrevente
Belo Horizonte, 07/05/2018 - 11:31:16 - Etiqueta Nº: 1869412616
(745212-014) - EMUL: 4.80 TFPJ: 1.49 ISSON: 0.23 - <ATED:H:013>





Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: CONSERVADORA CAMPOS E SERVICOS GERAIS EIRELI
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3160017328-9	01.723.789/0001-71	12/03/1997	20/03/1997

Endereço Completo:

RUA DOUTOR MARIO PIRES 166 - BAIRRO SAO BENTO CEP 30350-660 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

A EMPRESA TEM POR OBJETO A PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO, PORTARIA, TELEFONISTAS, RECEPCIONISTAS, MENSAGEIROS, ASCENSORISTAS, COPEIRAS, MOTORISTAS, OFFICE-BOYS, SERVICOS AUXILIARES, MARCENEIROS, CARPINTEIROS, ADMINISTRACAO CONTABIL E FINANCEIRA DE EDIFICIOS, EXECUCAO DE SERVICOS DE JARDINAGEM, MANUTENCAO DE AREAS VERDES, LOCACAO DE VEICULOS DE PASSEIO E OUTROS SERVICOS CORRELATOS.

Capital Social: R\$ 4.500.000,00 QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS Capital Integralizado: R\$ 4.500.000,00 QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte NÃO (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO
---	--	-----------------------------------

Titular/Administrador

CPF/NIRE	Nome	Término Mandato	Função
632.670.206-20	MARIA APARECIDA FREIRE DE MEDEIROS	xxxxxxx	TITULAR / ADMINISTRADOR

Status: XXXXXXXX

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 23/10/2020

Número: 8064067

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2211 - ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
CONSERVADORA CAMPOS E SERVICOS GERAIS LTDA	3120513619-8	31600173289	xx	TRANSFORMACAO

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
NADA MAIS#		

Belo Horizonte, 30 de Dezembro de 2020 17:50

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C200002840552 e visualize a certidão)



20/794.740-6